

Bruxelas, 6 de março de 2026
(OR. en)

7112/26

JEUN 38
SOC 140
POLGEN 58
EDUC 76
EMPL 57
GENDER 20
AG 43
ENV 205
ECOFIN 300
COMPET 291
FREMP 92

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	5 de março de 2026
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2026) 110 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia para a Equidade Intergeracional

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 110 final.

Anexo: COM(2026) 110 final



Bruxelas, 5.3.2026
COM(2026) 110 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

Estratégia para a Equidade Intergeracional

{SWD(2026) 80 final}

1. Introdução

A Estratégia para a Equidade Intergeracional exprime a ambição da Comissão Europeia de assegurar que as escolhas de hoje também contribuam positivamente para as oportunidades de amanhã e que tanto os benefícios como as responsabilidades sejam partilhados equitativamente entre os diferentes grupos etários. Visa promover abordagens políticas que combinem prosperidade económica e bem-estar, responsabilidade ambiental, coesão social e territorial, sustentabilidade orçamental e participação democrática. Procura ainda amplificar a voz dos jovens enquanto futuro da UE e assegurar a solidariedade entre gerações.

A UE alcançou um dos níveis mais avançados de igualdade de oportunidades a nível mundial, apoiada por uma economia de mercado competitiva, modelos sociais fortes e serviços públicos de qualidade e inclusivos. Num mundo marcado pela crescente instabilidade e pela aceleração de alterações à escala mundial, em que as tendências demográficas, tecnológicas, económicas, sociais, climáticas e ambientais a longo prazo estão a remodelar a forma como as oportunidades são criadas e partilhadas, é essencial prestar uma atenção renovada à equidade intergeracional. Tal contribuirá para assegurar que as oportunidades para os jovens — que constituem a base da futura Europa — continuem a multiplicar-se e que a UE possa proporcionar um bem-estar sustentável e inclusivo aos seus cidadãos.

A estratégia é um projeto de confiança e cooperação, construído através de um processo de conceção conjunta¹ que incluiu um Painel de Cidadãos Europeu específico sobre Equidade Intergeracional². Reflete as ideias e recomendações dos cidadãos, das partes interessadas e das comunidades em toda a Europa. Pessoas de todas as idades e de diferentes origens e regiões colaboraram na reflexão sobre como equipar a UE para enfrentar melhor os desafios crescentes e interligados em prol de um futuro melhor.

Na Cimeira das Nações Unidas sobre o Futuro de 2024, a UE e os seus Estados-Membros aprovaram o Pacto para o Futuro e a Declaração sobre as Gerações Futuras³. Mais de um terço dos Estados-Membros da UE menciona as gerações futuras nas suas constituições e/ou estabeleceu quadros institucionais específicos que sublinham a importância de salvaguardar as oportunidades para as gerações futuras, o que está estreitamente associado à execução da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que representam o plano de ação comum a nível mundial para a paz e a prosperidade das pessoas e do planeta, agora e no futuro.

Com esta estratégia, a Comissão contribui para o forte empenho da UE em aproveitar esta dinâmica mundial, orientada pelo entendimento de que a salvaguarda da paz, dos direitos humanos e do planeta, reforçando simultaneamente o bem-estar das gerações futuras e promovendo a solidariedade entre as gerações atuais, faz parte da identidade, dos valores e dos interesses estratégicos a longo prazo da Europa⁴.

Assente na responsabilidade a longo prazo, na solidariedade intergeracional e na equidade territorial, a estratégia visa contribuir igualmente para restabelecer a confiança nas instituições

¹ [Materiais de apoio para a conceção da estratégia.](#)

² [Painel de Cidadãos Europeu sobre Equidade Intergeracional.](#)

³ [Declaração sobre as Gerações Futuras — ONU.](#)

⁴ O Tratado da União Europeia estabelece, no artigo 3.º, n.º 3, que a União promove a solidariedade entre as gerações, e a Carta dos Direitos Fundamentais salienta que o gozo dos direitos fundamentais implica responsabilidades para com as gerações futuras. Entre outras iniciativas, exemplos importantes como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo (2012) e o Ano Europeu da Juventude (2022) destacam a ênfase da União na coesão intergeracional. A comunicação de 2023 sobre as alterações demográficas coloca a equidade intergeracional no cerne das escolhas políticas e o relatório de prospectiva estratégica de 2025 considera-a uma das oito principais prioridades.

públicas, moldar um futuro sustentável e equitativo e assegurar que os progressos de hoje reforçam as bases para o futuro.

2. A evolução do horizonte das oportunidades

Megatendências com impacto no equilíbrio intergeracional:

Os jovens europeus estão a atingir a idade adulta numa época de rápidas transformações, enfrentando simultaneamente desafios determinantes. As alterações demográficas e a migração, as transições ecológica e digital e o contexto geopolítico em mutação estão a redefinir a forma como as oportunidades, nomeadamente nos domínios da educação, do emprego e da habitação, são criadas e partilhadas entre gerações⁵. Estas alterações afetam as pessoas em todas as fases da vida e criam um horizonte de responsabilidade partilhada, oferecendo uma grande oportunidade para renovar o modelo social, económico e democrático da UE de formas que beneficiem tanto as gerações atuais como as futuras⁶.

Numa perspetiva intergeracional, a questão central não é a mudança em si, mas sim saber se as escolhas que fazemos hoje melhoram as possibilidades de as pessoas terem um bom desempenho na vida e se aumentam ou limitam as oportunidades para as gerações futuras. Vidas mais longas, o progresso tecnológico e a transição para uma economia de utilização sustentável dos recursos e com impacto neutro no clima podem reforçar a prosperidade e o bem-estar ao longo da vida. Para o efeito, será necessária uma visão a longo prazo consagrada na lei, investimento a montante, apoio à participação ativa ao longo da vida profissional e equidade sustentada entre gerações.

A transição demográfica tem vindo a reconfigurar as sociedades, com implicações para o acesso das gerações mais jovens à habitação, ao trabalho e ao rendimento, bem como para os cuidados de longa duração e os cuidados de saúde. Ao mesmo tempo, o envelhecimento ativo, a transferência intergeracional de conhecimentos e o aumento da participação económica e social podem contribuir para vidas mais longas e saudáveis. Com o investimento na aprendizagem ao longo da vida, no trabalho flexível e em comunidades adaptadas aos idosos, as alterações demográficas podem tornar-se uma oportunidade para todas as gerações.

O clima e a natureza são outro exemplo claro. Agir de forma decisiva em matéria de proteção do clima e do ambiente evita custos muito mais elevados para as gerações mais jovens e futuras e constitui um investimento na saúde, na segurança e nas condições de vida das gerações mais jovens e futuras, proporcionando simultaneamente benefícios tangíveis às pessoas de todas as idades no presente, através de ambientes mais limpos, da melhoria da saúde pública, da segurança energética e hídrica e de comunidades mais resilientes. Em contrapartida, a ausência de ação teria um impacto significativo na prosperidade das gerações futuras. Se for gerida de forma inclusiva, a transição ecológica contribui para a criação de empregos de qualidade, melhora as condições de vida e reforça a resiliência e a segurança energética da UE.

A digitalização, a inteligência artificial e a tecnologia espacial estão a reconfigurar a educação, o trabalho, os estilos de vida e a participação democrática ao longo da vida. Embora estas transições exijam adaptação, também alargam o leque de oportunidades. A aprendizagem ao longo da vida, a melhoria de competências e a requalificação, bem como a inovação centrada nas pessoas, podem assegurar que o progresso tecnológico beneficia todas as gerações, capacita os jovens para

⁵ Através do seu [centro de megatendências](#), a Comissão Europeia identificou e acompanha 14 megatendências, fundamentais para o futuro da UE.

⁶ O [documento de prospetiva do Sistema de Análise da Estratégia e Política Europeias \(ESPAS\) de 2025 sobre equidade intergeracional](#) oferece uma panorâmica clara dos desafios e oportunidades das megatendências relativas à equidade intergeracional.

prosperarem num mercado de trabalho em mutação e apoia a participação e a autonomia no decorrer de vidas mais longas. A **natureza evolutiva do trabalho** tem vindo a reconfigurar o emprego, os modelos de carreira e as estruturas organizacionais, agravando potencialmente as desigualdades se não for bem gerida, confrontando os jovens com carreiras menos lineares e mais incertas.

Ao longo destas mudanças, as escolhas feitas hoje em matéria de investimento, finanças públicas, sistemas orçamentais, sistemas de pensões e regulamentação, que afetam a habitação, a educação, a saúde, os serviços de acolhimento de crianças e os cuidados de longa duração, o trabalho e a distribuição da riqueza, determinarão se as gerações futuras herdaram restrições crescentes ou uma maior capacidade de ação⁷.

Uma abordagem intergeracional exige, por conseguinte, uma determinação assente na responsabilidade partilhada e na solidariedade, para que todas as gerações — principalmente os jovens — não estejam apenas preparadas para o futuro, mas também equipadas para o moldar, com o apoio da experiência, do contributo e da solidariedade de todas as gerações.

As oportunidades e os riscos mudam à medida que as pessoas passam por diferentes fases da vida e, conseqüentemente, têm vindo a emergir lacunas importantes entre gerações no acesso à educação, a um ambiente seguro, a um trabalho estável, à habitação, à prestação de cuidados, à riqueza e à segurança a longo prazo. Esta realidade exige uma abordagem unificadora que reúna as gerações em torno de objetivos comuns em relação ao futuro.

Hoje em dia, as crianças e os jovens têm acesso a cada vez mais oportunidades para aprender, viajar, fazer voluntariado e fazer ouvir a sua voz⁸. Trata-se da geração mais instruída e proficiente em tecnologias digitais de sempre, posicionada na vanguarda da inovação tecnológica⁹ e com uma esperança de vida estimada em 81,7 anos em 2024. No entanto, atualmente, os jovens estão também mais expostos a perturbações do mercado de trabalho e a novas formas de insegurança associadas à rápida evolução tecnológica e à expansão das formas atípicas de trabalho. Apesar do seu elevado nível geral de escolaridade, muitos seguem percursos educativos que nem sempre estão alinhados com a evolução das necessidades em matéria de competências e com os setores emergentes. Muitos estão expostos a um declínio acentuado das competências básicas. Esta situação pode dificultar as transições do ensino para um emprego estável, contribuindo para trajetórias de carreira iniciais fragmentadas e para um risco acrescido de instabilidade de emprego. Estas pressões económicas cruzam-se com desafios sociais e psicológicos mais vastos, incluindo elevados níveis de stresse, ansiedade e solidão entre os jovens, refletindo a incerteza, as dificuldades financeiras e a intensificação da comparação social em ambientes digitais. A acessibilidade dos preços da habitação é igualmente um desafio, dificultando a possibilidade de os jovens se tornarem proprietários de um imóvel e saírem da casa dos pais, atrasando o seu avanço rumo à autonomia.

Os idosos enfrentam igualmente um horizonte de oportunidades transformado, moldado por vidas mais longas e saudáveis, mas também por necessidades acrescidas de cuidados de longa duração e riscos de pobreza numa fase avançada da vida. A sua capacidade de se manterem ativos, seguros e ligados à comunidade varia significativamente. Em especial no

⁷ O relatório de [prospetiva estratégica de 2025](#) apresenta oito domínios prioritários em que a UE pode agir para transformar desafios específicos da Europa em oportunidades.

⁸ [Relatório relativo à implementação da Estratégia da UE para a Juventude \(2022-2024\)](#) — Serviço das Publicações da UE.

⁹ De acordo com o [Eurostat](#), pelo menos 75 % dos jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 29 anos possuíam, pelo menos, competências digitais básicas em 2025.

caso das mulheres, as desigualdades acumuladas ao longo da vida traduzem-se num maior risco de pobreza e insegurança financeira. Muitos idosos desejam continuar a contribuir para a sociedade e o mercado de trabalho, mas são impedidos pela rápida digitalização¹⁰, que pode excluir aqueles que possuem menos competências digitais¹¹. O idadismo é generalizado: 52 % dos cidadãos da UE consideram que a idade é a principal desvantagem para os candidatos a emprego, sendo os trabalhadores mais velhos frequentemente considerados menos adaptáveis e menos competentes do ponto de vista digital¹². A falta de serviços e infraestruturas de base, incluindo a banda larga, afeta especialmente alguns territórios rurais onde a idade média da população é mais elevada.

A segurança económica em fases posteriores da vida depende também da adequação e da sustentabilidade dos regimes de pensões, que desempenham um papel central na promoção da equidade intergeracional, equilibrando a segurança dos rendimentos dos idosos com a resiliência a longo prazo das finanças públicas. As disparidades territoriais nos cuidados de saúde, nos cuidados de longa duração, no acesso a instalações para atividades físicas regulares e na mobilidade afetam ainda mais a independência, o sentimento de solidão, os resultados de saúde e a qualidade de vida numa idade avançada¹³. Os idosos do futuro viverão mais tempo, o que exigirá serviços e ajustamentos domiciliários para poderem continuar a viver nas suas casas. Independentemente da idade, a atividade física contribui para melhorar o bem-estar geral e as funções cognitivas.

O género continua a ser um fator importante na desigualdade de oportunidades e na discriminação. Em 2023, na UE, as mulheres ganhavam, em média, menos 12 % por hora do que os homens e, em 2024, a sua taxa de emprego era de 70,8 %, em comparação com 80,8 % no caso dos homens¹⁴. As mulheres também assumem a maior parte das responsabilidades no que respeita à prestação de cuidados. Muitas são vítimas de discriminação e assédio sexual, sendo cerca de uma em cada três vítima de violência física ou sexual, incluindo no trabalho. Ao longo do tempo, estas desigualdades no emprego, nos salários e nas responsabilidades respeitantes à prestação de cuidados acumulam-se, agravando as disparidades de género nos domínios da segurança dos rendimentos, das pensões e da independência económica numa fase posterior da vida.

Os grupos desfavorecidos enfrentam dificuldades adicionais que exigem uma abordagem intersetorial. Em média, mais de um quarto da desigualdade de rendimentos no mercado europeu pode ser atribuída a fatores herdados, como o estatuto socioeconómico dos pais¹⁵ ou a localização geográfica. Os jovens com deficiência enfrentam frequentemente dificuldades na transição para a idade adulta devido à fraca articulação entre o ensino e o emprego. As crianças continuam a estar expostas a um maior risco de pobreza do que a população em geral. As clivagens territoriais, nomeadamente nas zonas rurais e remotas, limitam o acesso a formação de qualidade, habitação, transportes e conectividade, reforçando a fuga de cérebros e aumentando a percentagem de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (jovens NEET).

¹⁰ Competências para a era digital — Estatísticas explicadas — Eurostat.

¹¹ Competências digitais em 2023: impacto da educação e da idade.

¹² Discriminação na União Europeia — dezembro de 2023 — Inquérito Eurobarómetro.

¹³ Estatísticas sobre deficiência — necessidades de ajuda ou assistência dos idosos.

¹⁴ A situação das disparidades salariais entre homens e mulheres na UE — Comissão Europeia; Disparidades no emprego no caso de mulheres e pessoas com deficiência — Eurostat.

¹⁵ OCDE (2025), *To Have and Have Not — How to Bridge the Gap in Opportunities* [não traduzido para português], Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/dec143ad>.

As barreiras estruturais nos domínios da educação e formação, do emprego, da pobreza, dos elevados custos da habitação e do acesso aos serviços acumulam-se e são frequentemente transmitidas de geração em geração, sendo sentidas em especial pelas pessoas vítimas de discriminação, incluindo as pessoas com antecedentes migratórios, os ciganos e as pessoas LGBTIQ+.

Uma perspetiva ao longo do ciclo de vida vai além das gerações atuais. Ao analisar as tendências demográficas, tecnológicas, ambientais, climáticas e socioeconómicas a longo prazo, podemos antecipar as oportunidades e os riscos que as **gerações futuras** enfrentarão. Embora atualmente não possam votar ou falar por si próprios, as escolhas de hoje moldarão o seu horizonte de oportunidades. Por conseguinte, a equidade intergeracional exige que se combatam as disparidades atuais, criando simultaneamente um futuro em que as pessoas que ainda não nasceram possam prosperar.

3. E se não atuarmos: o custo da inação

A equidade intergeracional é uma escolha estratégica para a UE. Os ciclos eleitorais têm frequentemente prazos curtos, o que aumenta os incentivos para favorecer uma perspetiva de curto prazo. Quando as políticas não têm suficientemente em conta os seus impactos nas diferentes gerações, os custos económicos, ambientais, sociais e democráticos acumulam-se gradualmente. Só no que diz respeito às alterações climáticas, a inação custaria à UE uma redução do seu PIB entre 7 % e percentagens de dois dígitos até ao final do século¹⁶. As perdas económicas relacionadas com o clima estão a acelerar ainda mais¹⁷.

Nos casos em que as oportunidades estão distribuídas de forma desigual entre gerações, territórios e grupos sociais, os ganhos económicos correm o risco de se tornar cada vez mais concentrados. A mobilidade social pode enfraquecer, a desigualdade aumentar e a confiança na equidade das oportunidades de vida diminuir. Menos de metade dos europeus consideram que têm oportunidades iguais de progredir na vida e apenas 38 % consideram que a maioria dos resultados nas suas vidas ocorre de forma justa, o que evidencia uma perceção crescente de que a vida não é justa¹⁸. Esta perceção salienta a importância de combater as disparidades emergentes, que conduzem à transmissão de desvantagens económicas de uma geração para outra, antes de se tornarem estruturais.

A inação também pode afetar a resiliência democrática. Quando as políticas são consideradas insuficientemente reativas às mudanças geracionais, a confiança nas instituições pode diminuir. Embora a confiança na UE continue a ser comparativamente elevada, é essencial tirar partido dessa confiança para reforçar a participação dos cidadãos e a resiliência democrática. O isolamento social pode estar correlacionado com uma menor participação cívica, uma menor afluência às urnas e uma menor participação política em geral¹⁹. A desinformação pode minar a confiança nas instituições e nos meios de comunicação social, pôr em risco as eleições e prejudicar a capacidade dos cidadãos para tomarem decisões

¹⁶ [Avaliação de impacto da meta climática para 2040, SWD\(2024\) 63 final, parte 2/5, anexo 7, secção 3.](#)

¹⁷ [Economic losses from weather- and climate-related extremes in Europe \[não traduzido para português\] | Indicadores | Agência Europeia do Ambiente \(AEA\).](#) Dos 822 mil milhões de EUR de perdas económicas relacionadas com o clima registadas nos últimos 45 anos, 25 % ocorreram apenas nos últimos quatro anos.

¹⁸ [Equidade, desigualdade e mobilidade intergeracional — fevereiro de 2023 — Inquérito Eurobarómetro.](#)

¹⁹ [Fatores de risco e consequências da solidão — Centro Comum de Investigação: Plataforma Científica da UE.](#)

informadas²⁰. Consequentemente, as sociedades ficam mais expostas a choques, mais dependentes de respostas reativas e menos capazes de investir com confiança no futuro.

Por conseguinte, o custo da inação em matéria de equidade intergeracional não é apenas económico; é também democrático, social e ambiental. A resposta às pressões atuais em matéria de habitação, competências, acesso ao mercado de trabalho, finanças públicas, recursos naturais, clima, sistemas de prestação de cuidados e de proteção social e acesso aos serviços oferece uma oportunidade significativa para capacitar as gerações mais jovens, reafirmando simultaneamente a solidariedade e a equidade em todas as idades. Por conseguinte, a equidade intergeracional não é um objetivo adicional, mas uma condição para a estabilidade, a legitimidade, bem como o crescimento sustentável e limpo nas próximas décadas.

4. Construir novas bases para a equidade: um novo «contrato» intergeracional

A equidade intergeracional depende da consolidação dos alicerces em que assenta a solidariedade entre gerações. A presente estratégia apresenta um novo «contrato» intergeracional, elaborado em resposta às recomendações do painel de cidadãos europeu, que reflete a necessidade de alargar as oportunidades ao longo do tempo, combater as disparidades entre territórios e assegurar que as decisões são tomadas com uma perspetiva de mais longo prazo. **Proporciona um quadro comum para alinhar a prospetiva, a equidade e a responsabilidade**, de modo que as escolhas de hoje reforcem as oportunidades para as gerações atuais e futuras, e **para fortalecer o tecido social da UE**, reunindo as gerações em torno de objetivos comuns, da responsabilidade partilhada e de um investimento coletivo no futuro.

O novo «contrato» intergeracional assenta em três dimensões: 1) *Elaboração de políticas justas*, que integrem uma reflexão a longo prazo e a perspetiva da juventude; 2) *Oportunidades justas* que reúnam as gerações em torno de objetivos comuns para um futuro melhor e 3) *Locais justos* que promovam a equidade intergeracional em todos os territórios.

4.1. Elaboração de políticas justas — integrar uma reflexão a longo prazo e a perspetiva da juventude

A elaboração de políticas justas exige que os impactos a longo prazo das decisões sejam sistematicamente tidos em conta juntamente com os objetivos a curto prazo. As leis, os orçamentos e as reformas moldam as oportunidades ao longo do tempo, sendo que as escolhas feitas hoje podem criar benefícios duradouros — ou custos — para as gerações futuras. A adoção de uma perspetiva sistémica e de mais longo prazo ajuda a garantir que as soluções a curto prazo não gerem riscos ou encargos evitáveis no futuro.

Esta lógica implica abordagens de governação antecipatórias e baseadas em dados concretos. Através do seu Programa Legislar Melhor, a UE é pioneira no que diz respeito à boa governação e à tomada de decisões antecipadas²¹. Utiliza vários instrumentos, como a prospetiva estratégica, as avaliações de impacto e as consultas públicas, para procurar soluções

²⁰ O Código de Conduta da UE sobre Desinformação | Comissão Europeia. 63 % dos jovens europeus deparam-se com notícias falsas mais de uma vez por semana e 51 % dos europeus consideram que foram expostos a desinformação em linha

²¹ OCDE (2025), *Better Regulation Practices across the European Union 2025* [não traduzido para português], Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/6f007516>.

de compromisso baseadas em dados concretos que ajudem a identificar os riscos numa fase precoce e a fundamentar as escolhas políticas. Estas abordagens apoiam políticas mais resilientes e sólidas em todos os setores.

A elaboração de políticas justas depende também da garantia de que as perspetivas das pessoas mais afetadas pelas decisões com impacto a longo prazo tenham um lugar na mesa de debate, o que significa criar oportunidades relevantes e proporcionadas para que os jovens contribuam para os debates políticos que definem o seu futuro.

As decisões de hoje têm frequentemente um impacto significativo nas gerações futuras, seja de um ponto de vista económico, social ou ambiental. As ações que se seguem assegurarão que as considerações a longo prazo sejam integradas de forma coerente na conceção das políticas.

A fim de apoiar a elaboração de políticas justas, a Comissão irá:

1. **Apoiar o desenvolvimento da literacia sobre o futuro nas administrações públicas** de todos os Estados-Membros da UE através da publicação de um pacote multilingue respeitante à elaboração de políticas orientadas para o futuro.
2. **Reforçar a utilização da prospetiva estratégica na elaboração de políticas**, por exemplo, apoiando a *ferramenta «Futures Balance»*, uma ferramenta baseada na IA para a análise prospetiva das políticas em desenvolvimento, em parceria com o «Beyond Lab» das Nações Unidas.
3. **Prosseguir a aplicação sistemática da «verificação jovem», incluindo os diálogos sobre políticas com a juventude**, às principais iniciativas do programa de trabalho da Comissão, a fim de examinar o potencial impacto das novas políticas nos jovens.
4. **Encarregar o Grupo Europeu de Ética para as Ciências e as Novas Tecnologias** de apresentar análises e recomendações sobre futuros digitais, IA e bens públicos digitais justos.
5. **Publicar um relatório intercalar sobre a Estratégia para a Equidade Intergeracional** no início de 2028, a fim de informar as contribuições da UE para o seguimento dado pela ONU à Declaração sobre as Gerações Futuras.
6. **Publicar um Roteiro para a Longevidade**, destinado a identificar as questões políticas específicas da idade para todos os grupos etários, a fim de identificar oportunidades estratégicas para moldar ativamente vidas mais longas, mais saudáveis e financeiramente seguras.

Práticas inspiradoras nos Estados-Membros da UE

- É possível encontrar **exemplos de institucionalização da reflexão a longo prazo** em muitos Estados-Membros da UE, sob diferentes formas: na Finlândia (*Comité para o Futuro*)²², em Espanha (*Gabinete Nacional de Prospetiva e Estratégia*)²³ e em Malta (*Guardião das Gerações Futuras*)²⁴.
- **Muitos Estados-Membros da UE dispõem de avaliações específicas do impacto regulamentar sobre os jovens** e/ou as gerações futuras: Áustria (*Wirkungsorientierte Folgenabschätzung*), Bélgica/Flandres (*JoKER*), Finlândia (*Lapsivaikutusten arviointi*), França (*Clause d'impact jeunesse*), Alemanha (*Jugend-Check*), Itália (*Valutazione di Impatto Generazionale*), Países Baixos (*Generatietoets*) e Suécia (*Barnkonsekvensanalys*).

²² O «Comité para o Futuro» finlandês é um órgão parlamentar permanente que institucionaliza a prospetiva na governação.

²³ O «Gabinete Nacional de Prospetiva e Estratégia» espanhol coordena o roteiro «Espanha 2050», institucionalizando a prospetiva estratégica no âmbito da governação, a fim de alinhar as políticas atuais com os objetivos de equidade intergeracional a longo prazo.

²⁴ O «Guardião das Gerações Futuras» de Malta é uma comissão de alto nível que audita setores governamentais, a fim de garantir que as políticas de desenvolvimento sustentável não comprometem os futuros cidadãos.

4.2. Oportunidades justas — reunir as gerações em torno de objetivos comuns para um futuro melhor

Oportunidades justas exigem que as crianças e os jovens possam construir as suas vidas sobre bases sólidas. As condições na primeira fase da vida moldam fortemente os resultados posteriores, ao passo que as desvantagens que não são abordadas numa fase precoce tendem a acumular-se ao longo do tempo. Por conseguinte, uma abordagem intergeracional dá prioridade à prevenção precoce, ao apoio direcionado e à boa gestão das transições para a idade adulta e reconhece que as oportunidades justas são construídas ao longo da vida.

As políticas centradas nas crianças e nos jovens, nomeadamente os provenientes de meios desfavorecidos e/ou que enfrentam discriminação, são essenciais para garantir a equidade entre gerações. Tal inclui o investimento sustentado no desenvolvimento da primeira infância, na educação, na formação e competências, no acesso à cultura, na participação e nas infraestruturas, nas atividades recreativas, no acesso à saúde, no acesso à habitação, aos transportes e a outros serviços essenciais, bem como um apoio específico nos principais momentos de transição da vida, como a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho ou a constituição de um agregado familiar independente. Inclui igualmente a promoção da literacia financeira, que é essencial no que diz respeito a capacitar os jovens para assegurarem a sua independência financeira e inclusão financeira²⁵. Estas medidas, ao enfrentar os riscos numa fase precoce e ao apoiar as crianças em situação de necessidade²⁶, ajudam a evitar que as desigualdades se enraízem e reduzem a pressão sobre os sistemas sociais a longo prazo. A fim de serem eficazes, estas medidas devem ir além da ênfase na idade e ter em conta as necessidades específicas dos grupos vulneráveis e desfavorecidos.

A equidade intergeracional só é possível quando existe uma distribuição justa da riqueza criada pela sociedade. As desigualdades na distribuição da riqueza e as diferenças ao nível da tributação da riqueza e das sucessões nas nossas sociedades moldam a forma como os riscos e as oportunidades são transmitidos ao longo das gerações. A eliminação das barreiras estruturais que afetam desproporcionalmente os grupos mais jovens é também fundamental para quebrar a transmissão intergeracional de desvantagens, assegurando simultaneamente que as pessoas idosas possam permanecer seguras, incluídas e capazes de contribuir à medida que envelhecem. A acessibilidade dos preços da habitação, o acesso à educação e à formação, os percursos de emprego estáveis e gratificantes, os cuidados de saúde de elevada qualidade — incluindo cuidados de saúde mental — e a capacidade de conciliar o trabalho, a aprendizagem e a vida privada e familiar determinam se os jovens podem contribuir plenamente para a sociedade e planejar com confiança o futuro. Em grande medida, permitem também a existência de bairros intergeracionais, bem como a participação e o diálogo.

A aplicação prática destes princípios exige ações específicas e baseadas em dados concretos. Neste contexto, a estratégia centra-se no reforço da base analítica para a equidade intergeracional através da compilação de um *Índice de Equidade Intergeracional* específico. Este será concebido para captar as desigualdades de oportunidades entre as gerações atuais e ao longo do tempo, mediante o acompanhamento de indicadores estreitamente associados à equidade intergeracional. A estratégia impulsionará também a participação dos cidadãos, reunindo as gerações em torno de objetivos comuns, reforçando o diálogo e a cooperação intergeracionais, amplificando as vozes das crianças e dos jovens e combatendo a

²⁵As ações destinadas a promover a literacia financeira foram definidas na Comunicação da Comissão Europeia (2025) [sobre uma estratégia da UE para a literacia financeira](#), COM(2025) 681 final.

²⁶De acordo com os princípios da Garantia Europeia para a Infância, [Garantia Europeia para a Infância — Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão](#).

discriminação em razão da idade através da partilha de boas práticas entre os Estados-Membros.

A fim de apoiar *oportunidades justas*, a Comissão irá:

1. **Compilar um Índice de Equidade Intergeracional** para identificar oportunidades e lacunas, fundamentar as decisões políticas e promover a equidade entre gerações.
2. **Apoiar a elaboração de um compêndio de boas práticas em matéria de igualdade etária** pelo Grupo de Alto Nível sobre a Não Discriminação, Igualdade e Diversidade, tendo por base o futuro estudo sobre a discriminação em razão da idade na UE, que apresenta uma panorâmica dos planos de ação ou medidas nacionais em matéria de igualdade etária.
3. **Incentivar atividades de investigação colaborativa** que promovam a equidade intergeracional no âmbito do Horizonte Europa.
4. **Organizar um Fórum Demográfico** como um espaço de intercâmbio e aprendizagem mútua sobre a resposta à evolução demográfica.
5. **Impulsionar a participação dos cidadãos — em especial dos jovens —** apoiando processos participativos e consultivos, nomeadamente mediante a:
 - a. Promoção de diálogos intergeracionais, orçamentação participativa, prospetiva participativa, painéis de cidadãos e ferramentas tecnológicas cívicas inovadoras em linha;
 - b. Organização da Semana Europeia da Juventude de 2026 dedicada à solidariedade e à equidade;
 - c. Sensibilização, em especial em torno de 16 de novembro como um dia que assinala a equidade intergeracional.
6. **Reforçar a dimensão da equidade intergeracional nas políticas da UE para a juventude e o desporto** através da **Estratégia da UE para a Juventude pós-2027** e do **Plano de Trabalho da UE para o Desporto**, bem como **intensificar a participação das crianças** na elaboração das políticas da UE, defendendo os direitos das crianças em todas as políticas pertinentes da UE²⁷ e com base na Plataforma Europeia para a Participação das Crianças²⁸.

Práticas inspiradoras nos Estados-Membros da UE

- **Nos Países Baixos, o programa de ação «Início Promissor»** apoia as crianças e os seus pais nos primeiros 1 000 dias.
- **Na Bélgica, o CALICO é um projeto de habitação financiado pela UE** em Bruxelas que apoia a solidariedade intergeracional, a habitação para mulheres e a aquisição de habitação a preços acessíveis.
- **Na Polónia, os ateliês de jardinagem «Juntos com Seniores»** promovem os laços intergeracionais e a integração comunitária no âmbito de um projeto do Corpo Europeu de Solidariedade.

4.3. Locais justos — assegurar a equidade intergeracional em todos os territórios

A equidade intergeracional é moldada não só pela idade, pelo género e pelo contexto socioeconómico, mas também pela localização. O local onde as pessoas vivem influencia fortemente o seu acesso à educação, à cultura, ao emprego, à habitação, aos serviços, às infraestruturas digitais, à mobilidade e às oportunidades de participação democrática e societal.

²⁷ Estratégia da UE sobre os direitos da criança, COM(2021) 142 final.

²⁸ Plataforma Europeia para a Participação das Crianças | União Europeia.

As disparidades territoriais — entre as zonas urbanas e rurais, as regiões transfronteiriças e os bairros desfavorecidos — podem agravar as desigualdades ao longo do tempo.

Uma perspetiva territorial da equidade intergeracional centra-se na garantia de que as diferentes gerações não são prejudicadas pela geografia. Assim sendo, são necessárias políticas que tenham em conta as condições locais e o impacto climático e que invistam na capacidade a longo prazo dos locais para apoiar oportunidades entre gerações. O acesso a habitação sustentável e a preços acessíveis, a serviços públicos de qualidade, incluindo serviços sociais e de prestação de cuidados, aos transportes, à conectividade digital, a infraestruturas sociais e a instalações recreativas é fundamental para que as pessoas possam permanecer, regressar ou construir o seu futuro nas suas comunidades. Ao mesmo tempo, a mobilidade educativa e a livre circulação de trabalhadores melhoram as oportunidades, nomeadamente para os jovens, permitindo a transferência de competências e conhecimentos e apoiando o crescimento e a competitividade sustentáveis a longo prazo.

O reforço das relações intergeracionais a nível local também contribui para a resiliência e a coesão social. As instalações comunitárias, os espaços públicos partilhados e os serviços locais podem apoiar a interação entre grupos etários, reduzir o isolamento e promover o apoio mútuo, em especial nas zonas que enfrentam alterações demográficas ou uma transição económica. Melhorar o acesso e a participação das pessoas na cultura promove valores comuns e a coesão social, capacitando todas as gerações.

Assegurar locais justos consiste em desenvolver ações específicas e de base local — realizadas em conjunto com os órgãos de poder local e regional — que reforcem as oportunidades para as gerações mais jovens, apoiem o envelhecimento saudável e ativo nas comunidades locais, promovam o intercâmbio de experiências entre territórios e incentivem iniciativas que reforcem as relações intergeracionais nas comunidades.

A fim de apoiar locais justos, a Comissão irá:

1. **Lançar a iniciativa *Vozes do Futuro*** com o Comité das Regiões, convidando os órgãos de poder local e regional a participarem na definição do futuro das suas regiões (anunciada no Escudo Europeu da Democracia).
2. **Fomentar a inspiração, o vínculo e o cuidado mútuo** através da *criação de parcerias intergeracionais* com bibliotecas, museus, organizações desportivas e centros comunitários, bem como programas culturais, académicos, criativos e orientados para o futuro, tais como:
 - a. promoção de intercâmbios culturais intergeracionais e da inclusão, em consonância com a Bússola da Cultura para a Europa,
 - b. destaque de soluções de transporte inclusivas, acessíveis e sustentáveis para todas as gerações através da Semana Europeia da Mobilidade 2026,
 - c. promoção de atividades intergeracionais através do desporto, em especial de iniciativas que unam gerações e facilitem o acesso ao desporto e à atividade física para todas as idades — com um prémio europeu de desporto #BeActive na categoria «entre gerações».
3. **Salvaguardar e regenerar os espaços públicos para o reforço da coesão social e a sustentabilidade** por intermédio da *iniciativa Novo Bauhaus Europeu* e das suas atividades de base comunitária e através do conhecimento sobre o papel dos espaços públicos na resiliência democrática.

Práticas inspiradoras nos Estados-Membros da UE

- **Em toda a Europa, o projeto «Phōnē — Giving Minority Languages a Voice»** centra-se na promoção da diversidade cultural e linguística, ligando falantes de línguas minoritárias em toda a Europa e promovendo a narração intergeracional de histórias e produções de teatro comunitário.
- **Na Eslovénia, o projeto «The Pulse of European Literature»** traduz e promove obras europeias contemporâneas com vista a fomentar a identidade europeia e a inclusão, envolvendo públicos de todas as idades através da colaboração intergeracional e dos meios de comunicação digitais.
- **Em toda a Europa, o programa «European Heritage Volunteers»** revitaliza sítios do património através de cursos de formação intitulados «Traditional Crafts in Practice», estabelecendo pontes entre gerações e culturas e demonstrando práticas sustentáveis de preservação do património em prol da resiliência às alterações climáticas.
- **Em França, o projeto «La république des hyper voisins»** reúne os habitantes de um bairro de Paris para organizar uma vez por ano um evento em que todos são convidados a partilhar uma refeição na rua.

5. Integração da equidade intergeracional em todas as políticas da UE

A equidade intergeracional não é um novo domínio de intervenção. Trata-se de um convite para analisar com maior clareza as consequências a longo prazo das escolhas existentes e para garantir que os custos, os riscos ou as limitações das decisões que tomamos hoje não sejam transferidos de uma geração para outra.

A integração da equidade intergeracional na elaboração de todas as políticas é um dos principais objetivos da presente estratégia. A menos que seja sistematicamente tida em conta na conceção, execução e avaliação das políticas, não poderá ser eficaz. Por conseguinte, a equidade intergeracional não deve ser tratada como uma vertente política à parte, mas sim como um princípio orientador subjacente a todas as nossas políticas e despesas. Impõe-se, nomeadamente, que protejamos os jovens não só através de investimentos inteligentes, mas assegurando que não são chamados a suportar as dívidas do passado. São necessários instrumentos para garantir que as reformas que hoje iniciamos são concebidas tendo em mente o seu impacto a longo prazo. É igualmente imperativo assegurar que os interesses dos idosos sejam integrados na elaboração de políticas. Esta abordagem reflete-se no *quadro financeiro plurianual* (nomeadamente através do Fundo Social Europeu Mais²⁹) ou no *Semestre Europeu*, que constitui o quadro para a coordenação das políticas económicas e laborais na UE, mediante a adoção de reformas a longo prazo que sejam adequadas e sustentáveis. Neste contexto, a Comissão Europeia — enquanto empregador — pode dar o exemplo, reforçando o seu compromisso de tolerância zero em relação à discriminação com base na idade e promovendo a colaboração intergeracional no local de trabalho.

A UE já atua em muitos domínios tendo em vista produzir efeitos significativos a longo prazo. O objetivo da presente secção é, por conseguinte, destacar os domínios em que a integração de uma perspetiva intergeracional acrescenta um valor claro, reforça a coerência e apoia a durabilidade e a legitimidade da ação da UE à luz dos seus compromissos no âmbito do Pacto para o Futuro e da Declaração sobre as Gerações Futuras.

... Reforçando a competitividade sem esgotar os recursos

²⁹ O Fundo Social Europeu Mais pode apoiar numerosas ações que atenuam o impacto das alterações demográficas, como o acesso ao emprego (incluindo para as pessoas mais velhas, os jovens e as mulheres), o acesso a serviços de acolhimento de crianças e cuidados de longa duração, a educação e competências, bem como a aplicação da Garantia para a Infância e da Garantia para a Juventude. Esta ênfase é reforçada nas propostas da Comissão para o próximo QFP, que introduzem um artigo específico do FSE sobre as alterações demográficas.

A equidade intergeracional depende da capacidade da Europa para se manter competitiva, inovadora e economicamente resiliente ao longo do tempo. A fim de salvaguardar o bem-estar das gerações futuras, o crescimento deve ser prosseguido de forma a não esgotar os recursos de que depende o seu bem-estar. O investimento em indústrias orientadas para o futuro cria empregos de qualidade na Europa, reforça a competitividade sustentável e apoia uma autonomia estratégica de liderança, bem como uma economia sólida e competitiva. Políticas económicas e industriais sustentáveis e preparadas para o futuro que promovam mercados competitivos são vitais para o emprego de qualidade e a sustentabilidade das finanças públicas. O investimento em infraestruturas e em empresas inovadoras é igualmente essencial para ampliar as oportunidades, tanto das gerações atuais como das gerações futuras³⁰. Ao apoiar a produtividade, a autonomia estratégica e o desenvolvimento de indústrias orientadas para o futuro, a competitividade contribui para a equidade intergeracional, assegurando que as gerações futuras herdem ativos de capital, sociais e ambientais sólidos, bem como uma base económica robusta e adaptável.

... Investindo nas pessoas e promovendo um modelo social europeu forte

A equidade intergeracional tem solidez quando as políticas aumentam a capacidade das pessoas para participar, adaptar-se e planear ao longo das suas vidas. Tal significa sistemas de proteção social e de prestação de cuidados sólidos, em que todos, em todas as fases da vida, podem contar com apoio quando necessário³¹.

As competências e a aprendizagem ao longo da vida são fundamentais para garantir que todas as gerações se possam adaptar à evolução económica e tecnológica, permitindo simultaneamente que os trabalhadores mais velhos se mantenham ativos. Iniciativas da UE, como a *União das Competências* e o *Espaço Europeu da Educação*, apoiam os Estados-Membros na antecipação e resposta às necessidades em matéria de competências, promovendo a melhoria de competências e a requalificação por forma a prolongar a vida ativa, colmatando o défice de competências digitais, modernizando os sistemas de educação e formação e, sempre que necessário, atraindo talentos de países terceiros³². A *Iniciativa do Tapete Azul*, incluída na Estratégia Europeia para as Empresas em Fase de Arranque e as Empresas em Fase de Expansão, apoia a atração e a retenção de profissionais, estudantes e investigadores altamente qualificados, incentivando-os a *Escolher a Europa*.

Políticas culturais e desportivas sólidas desempenham um papel central na promoção da equidade intergeracional, no reforço da inclusão social e na sustentação da sustentabilidade a longo prazo ao fomentar a participação, a solidariedade e os valores comuns entre diferentes grupos etários.

Programas da UE como o Erasmus+ apoiam o desenvolvimento de competências, a cidadania ativa e a aprendizagem ao longo da vida para todos os grupos etários, ajudam a promover o desenvolvimento de competências sociais e interculturais, o pensamento crítico e a literacia mediática e, em especial através da sua vertente «juventude», promovem a equidade

³⁰ Ver, por exemplo, a *Estratégia Industrial para a Europa*, a *Bússola para a Competitividade* ou a *Estratégia Europeia para as Empresas em Fase de Arranque e as Empresas em Fase de Expansão*.

³¹ Programas da UE como o *Programa UE pela Saúde*, ou iniciativas como o *Roteiro para Empregos de Qualidade*, a futura *Estratégia de Combate à Pobreza*, a *Garantia Europeia para a Infância* reforçada, a *Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados* e a *Recomendação do Conselho relativa ao acesso a cuidados de longa duração de elevada qualidade a preços comportáveis*, visam reforçar o acesso aos cuidados e apoiar os cuidadores, promover empregos de qualidade, garantir o acesso a serviços e proteções essenciais e quebrar os ciclos de pobreza.

³² A *União das Competências*, adotada pela Comissão em 2025, visa apoiar o desenvolvimento de sistemas de educação, formação e competências de qualidade, inclusivos e adaptáveis, a fim de capacitar as pessoas em toda a Europa com as competências de que necessitam para prosperar, e aumentar a competitividade da UE, através de iniciativas como um Programa de Apoio às Competências Básicas, uma Agenda da UE para os Professores e Formadores, Alianças Europeias de Escolas e um Roteiro sobre o Futuro da Educação e das Competências Digitais 2030.

e a aprendizagem intergeracionais. O *Corpo Europeu de Solidariedade*³³ apoia equipas intergeracionais de voluntários a nível local e regional para adquirirem aptidões, competências essenciais e valores europeus, contribuindo para a solidariedade e a equidade intergeracionais.

A **acessibilidade dos preços da habitação** emergiu como um desafio intergeracional particularmente visível³⁴. Os jovens enfrentam cada vez mais obstáculos no acesso a habitação social, bem servida de transportes e a preços acessíveis, enquanto muitos idosos vivem em condições inadequadas ou isoladas. A ação da UE contribui através de investimentos, medidas facilitadoras, reformas e iniciativas específicas que melhoram o acesso a habitação adequada e a preços acessíveis, complementando os esforços a nível nacional, regional e local.

As sociedades em envelhecimento suscitam igualmente questões intergeracionais em torno da **adequação e sustentabilidade das pensões, dos cuidados de saúde e dos cuidados de longa duração**, sendo que a equidade intergeracional significa equilibrar a adequação com a sustentabilidade orçamental³⁵. Enfrentar os desafios decorrentes das transformações demográficas e do mercado de trabalho exige uma ampla combinação de políticas, incluindo o reforço das pensões complementares para proporcionar um rendimento adicional na velhice aos reformados³⁶.

A **Estratégia Europeia para uma União da Preparação**³⁷, em consonância com o relatório Niinistö intitulado «Safer Together — A path towards a fully prepared Union»³⁸, promove uma abordagem global da sociedade em matéria de preparação e segurança, com ações dirigidas às gerações mais jovens e mais velhas e às pessoas vulneráveis³⁹.

O **Escudo Europeu da Democracia e a Estratégia da UE para a Sociedade Civil** visam reforçar a resiliência democrática mediante a adoção de uma abordagem que abranja toda a sociedade, nomeadamente através do reforço da participação cívica e das relações intergeracionais⁴⁰. Salvaguardar a integridade do atual sistema democrático contribui para assegurar que as gerações futuras herdem um ambiente político assente na transparência, na participação e na responsabilização, que é uma condição prévia fundamental para a equidade intergeracional.

... Fazendo avançar a dupla transição dentro dos limites do planeta

A **transição ecológica e digital da UE tem implicações intergeracionais claras**. Importa repensar a forma como a UE utiliza os recursos, protege os seus ecossistemas, equipa os trabalhadores, as empresas e os cidadãos, assegura a competitividade e respeita os limites ecológicos dentro dos quais as gerações futuras devem viver.

³³ [Corpo Europeu de Solidariedade | Portal Europeu da Juventude](#).

³⁴ O Painel de Cidadãos Europeu sobre Equidade Intergeracional salientou a importância de *casas seguras, comunidades fortes e uma vida digna para todas as gerações*.

³⁵ Em 2027, a Comissão publicará vários relatórios sobre os sistemas de proteção social. O relatório sobre uma proteção social adequada na velhice analisará, numa perspetiva integrada, a forma como os sistemas europeus de proteção social contribuem para proteger o nível de vida da população idosa através de pensões, cuidados de longa duração e políticas conexas, enquanto o relatório de 2027 sobre o envelhecimento demográfico se centrará em projeções que mostram o impacto económico e orçamental do envelhecimento da população a longo prazo, abrangendo o período até 2080.

³⁶ Em novembro de 2025, a Comissão lançou um conjunto de iniciativas para promover o desenvolvimento e a aceitação de pensões complementares nos Estados-Membros, incluindo a *Recomendação da Comissão sobre os sistemas de acompanhamento das pensões, os painéis de avaliação das pensões e a inscrição automática*, C(2025) 9300 final.

³⁷ [Estratégia Europeia para uma União da Preparação](#)

³⁸ [Safer together: A path towards a fully prepared Union \[não traduzido para português\] — Comissão Europeia](#).

³⁹ Ver, por exemplo, a ação 29 sobre os currículos escolares, ação 30 sobre os programas para a juventude e ação 27 sobre a sensibilização para os riscos e ameaças, que tem uma componente relativa às pessoas vulneráveis.

⁴⁰ [Escudo Europeu da Democracia e Estratégia da UE para a Sociedade Civil](#).

As políticas da UE em matéria de clima e ambiente estão no cerne da ação da UE destinada a salvaguardar o planeta para as gerações vindouras. Os aspetos intergeracionais são intrínsecos à política climática, uma vez que qualquer atraso na ação implica custos mais elevados para as gerações futuras. As iniciativas emblemáticas do *Pacto Ecológico Europeu* e do *Pacto Europeu dos Oceanos* visam alcançar a neutralidade climática, reduzir as emissões e a utilização de recursos finitos, diminuir a poluição, aumentar a circularidade, proteger a biodiversidade e apoiar as transições ecológicas em todos os setores, a fim de construir uma economia competitiva. Os ativos espaciais da UE, como os programas *Copernicus* e *Galileo*, fornecem dados com níveis de precisão incomparáveis e permitem a monitorização e a tomada de decisões informadas. O *Pacto Europeu para o Clima* reúne comunidades, indivíduos e organizações de toda a UE e de várias gerações para trocar boas práticas, desenvolver soluções climáticas e contribuir para a construção de uma Europa limpa e próspera. A *Estratégia Europeia para uma União da Preparação* apela ao reforço do voluntariado e das competências de cidadania e de preparação. O *Mecanismo para uma Transição Justa*, incluindo o *Fundo* e a *Plataforma para uma Transição Justa*, bem como o *Fundo Social em matéria de Clima*, ajudam a evitar novas desigualdades, apoiando as regiões, as comunidades, os agregados familiares vulneráveis, os utilizadores dos transportes e as pequenas empresas mais afetados pela transição, assegurando que a neutralidade climática não deixa ninguém para trás⁴¹. Iniciativas como o *Programa Intergeracional Azul* da *Aliança de Investigação sobre o Oceano Atlântico* e o *Programa de Embaixadores da Juventude da UE para a Bioeconomia* capacitam os jovens para participarem em debates políticos sobre os oceanos e a água, os sistemas alimentares sustentáveis e a bioeconomia. A futura Plataforma das Partes Interessadas na Resiliência Hídrica da UE dispõe de lugares específicos para os representantes dos jovens, em consonância com a *Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica*.

A transformação digital e a emergência da inteligência artificial (IA) apresentam oportunidades claras para a Europa melhorar o bem-estar dos seus cidadãos, promover a inovação sustentável, reforçar o sistema científico europeu e consolidar a sua competitividade. As iniciativas da UE em matéria digital e de competências contribuem para apoiar a literacia digital, as transições laborais justas e a utilização responsável da IA em moldes que serão cruciais para a construção da força de trabalho do futuro. A UE está igualmente a criar um ecossistema favorável para incentivar a inovação revolucionária no domínio de novas tecnologias, como a IA, a neurotecnologia e a computação quântica, centradas no ser humano, na ética e assentes em direitos⁴². Por conseguinte, a equidade intergeracional na era digital exige a garantia de um amplo acesso às infraestruturas digitais, o desenvolvimento de competências inclusivas em todas as idades e, em especial, para os mais velhos, bem como uma implantação da IA centrada no ser humano e de inovações que alarguem as oportunidades em vez de reforçar as clivagens⁴³. Neste contexto, a Comissão lançou um programa-piloto de pequenas subvenções para projetos de aprendizagem da literacia mediática intergeracional.

A tecnologia espacial está na base do acesso a serviços essenciais, do crescimento económico e da resiliência ambiental. Atualmente, o domínio espacial está a tornar-se cada vez mais congestionado, o que aumenta os riscos para os nossos recursos espaciais e a nossa segurança.

⁴¹ A Comissão publicou a sua primeira [recomendação sobre o combate à pobreza em matéria de transportes](#) em maio de 2025. Salientava o papel vital dos transportes na promoção do desenvolvimento económico, do bem-estar e da justiça social, apoiando o acesso a empregos de qualidade, nomeadamente para as pessoas em risco de pobreza e exclusão social e determinados grupos vulneráveis da sociedade, bem como o seu contributo para reforçar a equidade e a solidariedade intergeracionais.

⁴² Ver, por exemplo, o [Regulamento \(UE\) 2024/1689](#), que garante que os sistemas de IA são seguros, fiáveis e respeitam os direitos fundamentais, promovendo simultaneamente a inovação.

⁴³ O Painel de Cidadãos Europeu sobre Equidade Intergeracional salientou a importância de *estabelecer limites para a utilização da IA, a fim de assegurar um acesso responsável, normas éticas e atenuar potenciais riscos*.

Iniciativas como o *Regulamento Espacial da UE* e a *Visão para a Economia Espacial* são fundamentais para garantir que o espaço é seguro e sustentável para as gerações futuras.

... Gerando impacto através de ações a nível local e mundial

A equidade intergeracional é especialmente tangível quando está em causa o acesso a meios de subsistência, bens e oportunidades. Nos setores agrícola, das pescas e rural, o envelhecimento da força de trabalho e os elevados obstáculos à entrada no mercado ameaçam a viabilidade a longo prazo. As políticas da UE apoiam a renovação geracional, melhorando o acesso à terra e ao mar, ao financiamento, à formação e à transferência de conhecimentos e reforçando as zonas rurais e costeiras enquanto locais onde os jovens podem construir futuros viáveis⁴⁴.

A nível local e regional, comunidades fortes e interligadas ajudam a traduzir as políticas a longo prazo em experiências vividas, apoiando a cooperação entre grupos etários, reforçando a inclusão e reduzindo o isolamento, em especial em contextos de alterações demográficas⁴⁵, urbanização⁴⁶ ou desvantagens territoriais. O acesso a serviços, à mobilidade, a espaços públicos partilhados e a infraestruturas sociais e culturais locais influencia a possibilidade de pessoas de diferentes gerações participarem plenamente na vida económica, social e democrática. A ação da UE, em especial por intermédio da política de coesão e da política agrícola, apoia as autoridades nacionais, regionais e locais no reforço da resiliência a nível comunitário através do investimento territorial, do desenvolvimento urbano, costeiro e rural inclusivo⁴⁷ e da melhoria do acesso aos serviços. O objetivo é garantir o *direito de permanecer* e prosperar em locais que as pessoas consideram como a sua casa.

A nível mundial, a abordagem da UE está ancorada em compromissos multilaterais recentes. Na Cimeira das Nações Unidas sobre o Futuro, a UE e os seus Estados-Membros aprovaram o Pacto para o Futuro e a Declaração sobre as Gerações Futuras, que sublinham a importância do multilateralismo e da promoção de uma ordem internacional assente em regras, centrada nas Nações Unidas para promover a paz⁴⁸. As últimas sondagens, bem como os painéis de cidadãos europeus, mostram que a *segurança e a defesa* da UE estão entre as preocupações mais prementes dos europeus, especialmente dos jovens. Alcançar uma autonomia estratégica na UE que proporcione segurança e paz aos seus cidadãos, sem que estejam limitados pela instabilidade, dependência e conflitos, é um investimento para todas as gerações atuais e futuras. A *Estratégia Global Gateway*, que constitui a estratégia de investimento externo da UE, assegura que os investimentos a longo prazo contribuam para apoiar os objetivos das políticas públicas nos países parceiros com base na equidade intergeracional, promovendo as competências locais, a participação dos jovens, o ensino e formação profissionais e o emprego digno, contribuindo para sociedades mais ecológicas e saudáveis e reduzindo as desigualdades

⁴⁴ A *Estratégia de Renovação Geracional na Agricultura* visa duplicar a percentagem de jovens e novos agricultores, assegurando que a agricultura continua a ser inovadora, competitiva e resiliente. Está também em consonância com o Painel de Cidadãos Europeu sobre Equidade Intergeracional, que salientou a importância de reforçar a agricultura sustentável com um maior apoio financeiro da UE e maior segurança e soberania alimentares. A renovação geracional em empregos relacionados com os oceanos será abordada na *Visão 2040 para as pescas e a aquicultura* (2026) e na *Estratégia de Renovação Geracional Azul* (2027).

⁴⁵ O *conjunto de instrumentos demográficos* de 2023 destaca os riscos do envelhecimento da população da UE para a competitividade da UE a longo prazo. Combina os instrumentos da UE com as políticas nacionais e regionais, a fim de capacitar todas as gerações a concretizarem as suas escolhas de vida e o seu potencial na economia e na sociedade em geral.

⁴⁶ A *Agenda da UE para as Cidades 2025* reforça as dimensões territorial e urbana das políticas da UE e racionaliza o apoio existente às zonas urbanas. Além disso, a *Missão Cidades com Impacto Neutro no Clima e Inteligentes do Horizonte Europa* reforça a resiliência societal e a inovação através da sua ênfase explícita na participação dos cidadãos e na governação multilateral.

⁴⁷ A fim de assegurar que as zonas rurais possam continuar a desempenhar estes papéis essenciais, a Comissão Europeia publicou, em 2025, a sua *visão a longo prazo para as zonas rurais da UE* até 2040. Estão previstas para 2026 estratégias semelhantes para as comunidades costeiras e as ilhas.

⁴⁸ O Painel de Cidadãos Europeu sobre Equidade Intergeracional salientou a importância de *reforçar a diplomacia e o papel de manutenção da paz da UE enquanto principal instrumento de resolução de conflitos*.

multidimensionais. A ação da UE a nível mundial em matéria de clima visa mobilizar a cooperação internacional para cumprir o Acordo de Paris e assegurar um ambiente sustentável para as gerações futuras.

A intensificação das relações com a vizinhança alargada da UE e o reforço da preparação e das capacidades em matéria de defesa através do Instrumento SAFE constituem investimentos para um futuro pacífico. Quadros de cooperação, como o *Pacto para o Mediterrâneo*, apoiam iniciativas de propriedade conjunta que promovem o investimento em competências, o desenvolvimento económico, a resiliência e a coesão social em toda a região, reconhecendo o papel das pessoas — especialmente dos jovens — enquanto motores da inovação e da prosperidade partilhada.

O **alargamento da UE** é igualmente um dos investimentos a longo prazo mais consequentes da UE. Um processo de alargamento credível, justo e baseado no mérito reforça a paz, a estabilidade e as oportunidades e alarga as perspetivas dos jovens, tanto nos atuais Estados-Membros como nos países candidatos e potenciais candidatos. Neste sentido, o alargamento é tanto um compromisso intergeracional como um compromisso geopolítico. Em conformidade com os objetivos da Comissão, os países candidatos e potenciais candidatos serão convidados a participar nas ações apresentadas na presente estratégia, juntamente com os Estados-Membros da UE, sempre que possível e viável.

6. Próximas etapas — colaboração para a equidade intergeracional

A equidade intergeracional não é uma política isolada, mas sim uma forma de elaborar políticas que têm sistematicamente em conta os impactos a longo prazo e procura assegurar que as decisões tomadas hoje não comprometam, mas antes reforcem, o bem-estar futuro.

A promoção da equidade intergeracional exige um esforço deliberado e sustentado ao longo do tempo, e não uma reforma pontual. Exige abordagens iterativas, reflexivas e adaptáveis que possam acompanhar a evolução das necessidades, dos dados e das circunstâncias, e que estejam integradas nos processos existentes de elaboração de políticas.

No âmbito deste processo, a Comissão Europeia pode liderar pelo exemplo, aplicando os princípios que promove e utilizando eficazmente os instrumentos existentes para integrar melhor as considerações de longo prazo no seu trabalho. Os progressos dependerão da cooperação entre as instituições da UE e com os Estados-Membros, bem como da participação a nível regional e local.

A equidade intergeracional já está refletida numa série de iniciativas, práticas e escolhas políticas da UE. A presente estratégia baseia-se nessa realidade, apoiando uma maior coerência, visibilidade e intercâmbio de experiências e incentivando a reflexão sobre a forma como as perspetivas de longo prazo podem ser reforçadas nos quadros existentes.

A Comissão convida o Parlamento Europeu e o Conselho da UE a ponderarem, no âmbito das respetivas funções, a forma como os aspetos intergeracionais podem ser tidos em conta na elaboração de políticas. Os Estados-Membros da UE são incentivados a continuar a integrar a reflexão a longo prazo na tomada de decisões públicas, em consonância com os contextos e as competências nacionais, e a aumentar a sensibilização para os diversos aspetos da equidade intergeracional.

Ao reforçar estas abordagens, a UE pode passar dos princípios a uma prática mais coerente, melhorando a capacidade das políticas públicas para equilibrar as necessidades atuais com as responsabilidades futuras e apoiar melhores resultados para as gerações atuais e futuras.